

O PAPEL DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel do pedagogo, enquanto membro da equipe de gestão, no processo de inclusão escolar. Tendo como suporte os princípios norteadores da pesquisa exploratória (GIL, 1996), a investigação foi realizada através da aplicação de questionários a pedagogas de escolas de ensino fundamental da rede privada da região central do município de Ponta Grossa-PR. A partir de abordagem qualitativa, realizamos a investigação apoiando-nos em autores como Mantoan (1997), Kassar (2005), Romanowski (2007), entre outros. Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário, inicialmente, um estudo sobre o processo histórico de inclusão social das pessoas com deficiência. Em seguida, discutiu-se a inclusão social e o direito do indivíduo com deficiência ter acesso à educação. Por fim, realizou-se uma análise do papel do pedagogo no encaminhamento de ações voltadas à inclusão escolar. A pesquisa apontou que as pedagogas pesquisadas exercem o papel de orientadoras do trabalho pedagógico, mobilizando os pais nas ações conjuntas com a escola. A pesquisa ainda destaca a interlocução com outros profissionais e a promoção da aprendizagem do aluno, como tarefas relacionadas à sua função.

Palavras-chave: Pedagogo, Escola Inclusiva, Alunos com deficiência.

Priscila Gabriele da Luz Kailer

Universidade Estadual de Ponta Grossa
kailer.priscila@yahoo.com.br

Silmara de Oliveira Gomes Papi

Universidade Estadual de Ponta Grossa
silmarapapi@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como foco central analisar qual o papel desempenhado pelo pedagogo¹, atuante na equipe gestora de escolas de Ensino Fundamental da rede privada de ensino do município de Ponta Grossa-PR, em relação à inclusão de alunos com deficiência² no ensino regular. Tal problemática conduziu-nos para a definição do seguinte objetivo: Compreender o papel desempenhado pelo pedagogo no contexto da escola inclusiva. Apoiadas em autores como Mantoan (1997), Kassar (2005), Romanowski (2007), entre outros, optamos por utilizar a pesquisa exploratória, a qual tem por finalidade “[...] o aprimoramento de ideias [...]” e a compreensão da problemática estudado (GIL, 1996, p. 45).

Para o desenvolvimento do trabalho fez-se, inicialmente, um estudo bibliográfico sobre o histórico da inclusão social das pessoas com deficiência. Em seguida, discutiu-se sobre a inclusão social e a necessidade do indivíduo com deficiência ter acesso à educação, compreendendo-se que a escola é entendida como um espaço em que são privilegiados, além de conhecimentos científicos, a formação de valores e a cidadania. Na sequência, apresentamos a análise dos dados empíricos coletados através dos questionários respondidos pelas pedagogas das escolas de ensino fundamental da rede privada de ensino de Ponta Grossa.

Pessoas com deficiência: abordagem histórica sobre a inclusão social

O processo da inclusão escolar de pessoas com deficiência acompanha o processo histórico de constituição da própria sociedade. Em passos lentos a sociedade, em sentido mais geral e a escola, especificamente, vêm se modificando para incluir a todos os alunos em seus espaços.

¹ Embora não se desconsiderem as questões de gênero, neste trabalho está sendo utilizado o termo “pedagogo” genericamente, podendo abarcar tanto profissionais do sexo feminino, quanto do masculino.

² Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é considerada “pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008, p. 9).

Por esse motivo é possível constatar uma quantidade significativa de instituições escolares preocupadas em adequar e repensar tanto sua estrutura física – com a construção de salas, rampas, banheiros adaptados – como também seus regimentos internos e as formas de organização do trabalho pedagógico.

Ao tomarmos como ponto de partida o período da Antiguidade, verificamos que se destaca a valorização da mitologia e da religiosidade como norteadoras de princípios. Estabelecia-se um ideal físico e mental para os indivíduos e, segundo Pessotti (1984, p. 17), essa concepção de perfeição humana influenciou na forma de tratar as pessoas deficientes:

A rigidez ética carregada da noção de culpa e responsabilidade pessoal conduziu a uma marcada intolerância cuja explicação última reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina.

Tendo a educação ainda voltada para poucos, a Idade Média caracterizou-se pela forte influência cristã e pelo privilégio dado ao clero e à nobreza. Tratava-se de uma sociedade com uma concepção fundamentada no princípio do homem formado à imagem e semelhança de Deus, o que possibilitava a exclusão daqueles que não fossem considerados normais ou perfeitos, posto que se diferenciavam do ideal divino. Somente na Idade Moderna é que a concepção de igualdade entre os homens foi considerada. Segundo Pessotti (1984) essa mudança ocorre com Revolução Francesa, que com seu ideal de igualdade, liberdade e fraternidade, representou o período denominado pelos historiadores como Iluminismo. Esse período trouxe uma nova concepção de homem e de sociedade, marcado pela racionalidade e a busca pela liberdade individual.

Assim, com os avanços científicos, mais especificamente no final da década de 1960 diversas iniciativas foram propostas visando à inserção das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Essas iniciativas tinham como finalidade o reconhecimento da importância de se satisfazer suas necessidades sociais, psicológicas e físicas, proporcionando a abertura de instituições sociais, e, inclusive, da escola, a esses indivíduos.

Caminhando para um movimento que, pela forma como se efetivou, seria marcado ainda por formas de segregação, a sociedade e suas instituições não acreditavam que as pessoas com deficiência poderiam conviver de maneira mais igualitária com os demais indivíduos, sem deficiência.

No início da década de 1960 houve um avanço no que diz respeito à educação, quando em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 destacou a matrícula de crianças excepcionais – como eram denominadas – no ensino regular, aconselhando as escolas que estivessem aptas, a ampliar o atendimento a essas crianças e, portanto, integrá-las à sociedade. Além disso, uma experiência anterior também compôs o processo histórico que visava à educação dos alunos com deficiência no ensino regular, conforme é explicitado por Kassar (2005, p. 49):

A partir do início da república, a matrícula de crianças consideradas anormais passou a ocorrer de forma pontual em algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas de modo que no final dos anos de 1920 existiam cerca de 15 classes especiais funcionando principalmente em escolas estaduais.

Essas iniciativas caracterizaram o processo ou paradigma conhecido como integração, o qual, no final da década de 1960 e início da década de 1970, emergiu como uma possibilidade de questionar a exclusão das pessoas com alguma deficiência da sociedade. Kassar (2005) acrescenta que a integração social consistiu em integrar na sociedade as pessoas com deficiência. Nesse paradigma, o processo de inserção social do indivíduo com deficiência ocorreria a partir do seu esforço para integrar-se, pois na sociedade pouco se modificaria para garantir o processo de inserção e participação.

Foi a partir da década de 1980 que o debate sobre a educação inclusiva conquistou espaço na sociedade, pois se passou a construir uma nova proposta de inserção social das pessoas com deficiência, amplamente participativa, proposta que se mostra radicalmente diferenciada do processo excludente que vivenciaram durante séculos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), coloca, no artigo 58, que a educação especial é uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida aos educandos com deficiência, transtornos globais de

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino, o que limita a possibilidade de que eles participem exclusivamente da educação especial de forma segregada dos demais alunos do ensino regular, tal como possibilitado no âmbito do paradigma da integração.

Atualmente o Brasil tem como política educacional (BRASIL, 2008) a proposta de inserção da pessoa com deficiência nas escolas de ensino regular, desde a educação infantil até a educação superior, sendo as escolas especializadas consideradas como um apoio, quando isso se fizer necessário.

É possível verificar que alterações vêm ocorrendo nas escolas, tanto no que diz respeito ao espaço físico, quanto em relação à compreensão e aceitação dessas pessoas. Tal aspecto requer, entretanto, um maior engajamento da escola, que começa a perceber a importância da formação dos professores e gestores, tendo em vista o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais em decorrência de deficiências e de outras condições.

A escola no processo de inclusão

No contexto em que se discute sobre a inclusão escolar, é determinante esclarecer o papel que a escola assume tendo em vista desenvolver práticas que possibilitem esse processo, especialmente se compreendermos sua capacidade de colaborar para a transformação e a mudança da realidade.

Dessa forma, entendemos que a atuação da escola perpassa todos os âmbitos de formação do indivíduo, desde a apropriação dos conteúdos escolares relacionados ao conhecimento, até em relação ao seu desenvolvimento social, influenciando a formação de valores e atitudes. Assim, Romanowski (2007, p. 7) destaca sobre os objetivos da instituição escolar, que:

[...] os objetivos abrangem mais do que letramento, a transmissão do conhecimento. Estão expressos nos textos legais, como finalidade do ensino básico, a formação do cidadão solidário, tolerante, participativo e

ético bem como o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social [...].

As considerações da autora ampliam o sentido e a compreensão da função social da escola, pois há o reconhecimento de que a formação do cidadão deve se dar em torno da capacidade de participação e da postura crítica e, não apenas da reprodução de uma realidade. O aluno passa a ser entendido, então, como sujeito capaz de transformar sua prática social, sendo atuante no sentido político e social. Nesse sentido, percebe-se que a função social da escola ultrapassa o imediatismo das ações e fortalece práticas e concepções a serem construídas pelas futuras gerações, influenciando nas mudanças sociais.

As mudanças no contexto interno da escola requerem revisões de práticas e concepções em todo o âmbito educativo. O papel assumido pela escola muitas vezes é fruto de uma reprodução das concepções e políticas excludentes, porém é preciso também entender de que maneira a escola pode se concretizar como transformadora da realidade social. Nesse sentido, Enguita (2004, p.13) esclarece que:

Um dos debates mais insistentes e repetidos em torno da instituição escolar, sempre foi à questão de evidenciar o seu papel, que era 'reprodutor' ou 'transformador', isto é, se contribuía para conservar a sociedade ou para mudá-la. Até certo ponto, era trivial, pois, por um lado nenhuma sociedade poderia substituir sem formar seus membros em certos valores, habilidade, etc. e, por isso, toda a educação é reprodutora; mas ao mesmo tempo, nenhuma sociedade atual seria, sem a escola, o mesmo que chegou a ser com ela, e, por isso toda educação é transformadora.

Assim, ao reconhecermos a escola como parte integrante da sociedade, compreendemos que promover ações dentro da mesma, é interferir nas mudanças da sociedade em geral. Nesse mesmo sentido, o espaço escolar é visto como um espaço capaz de desenvolver atitudes e construir conceitos, podendo contribuir para eliminar a segregação.

Kassar (2005) relata a necessidade de que a escola esteja em um processo contínuo de mudanças em suas ações educativas, difundindo e contribuindo para a

formação de uma nova visão de escola, uma escola que, de acordo com sua função social, favoreça o desenvolvimento de todos os alunos, de acordo com as características que apresentam e com as demandas do entorno ao qual pertencem.

Em termos gerais, a autora relata a importância de se ampliar a função da escola e tornar o seu papel ativo na promoção da inserção plena de todos os indivíduos, não somente como uma obrigação, ou seja, por cumprimento da legislação, mas por reconhecer a inclusão como uma necessidade e um direito que deve ser defendido por todos, inclusive por aqueles que fazem parte do contexto escolar. Dessa forma, a inclusão pode tornar-se uma prática real de transformação e não apenas um discurso vazio. Mantoan (1997) destaca a importância de se aprimorar e buscar novas estratégias de ações inclusivas, sendo necessário mobilizar práticas que envolvam toda a escola no processo de aprendizagem. Ela destaca a importância do aprimoramento dos procedimentos avaliativos, do currículo e do projeto político pedagógico.

Nesse sentido, compreendemos a inclusão como um processo que requer mudanças e reestruturação da escola, tanto no âmbito físico – proporcionando acessibilidade – quanto no conjunto de propostas educacionais que contribuam para propiciar o ensino e a aprendizagem. A proposta de incluir alunos com deficiência na escola regular requer mudanças efetivas e contínuas dentro de uma estrutura muitas vezes pouco flexível. Para se efetivar a inclusão, é necessário inovar metodologias de ensino, reformulando práticas e propondo melhorias e valores que promovam uma educação para todos, que respeite as características dos diferentes alunos.

Cabe ressaltar, entretanto, que para a viabilização dessa política se faz necessário a disponibilização de recursos, tanto materiais quanto humanos, muitas vezes indisponíveis ou escassos nas escolas, pois, assim como o Rodrigues (2008, p. 36), consideramos que não basta colocar a criança dentro da sala de aula, é necessário dar condições para sua aprendizagem:

Já se sabe: não basta colocar os alunos na escola regular; é preciso que a escola, através de recursos e da sua organização, possa responder às necessidades educacionais que cada aluno apresenta.

Para que a escola perceba a necessidade de mudanças, é importante a avaliação constante da sua prática bem como um processo de formação continuada dos professores que privilegie discussões sobre as práticas inclusivas nela desenvolvidas ou que se pretende desenvolver, o que pode se dar através de reflexões mediadas pela equipe pedagógica. A essa equipe cabe identificar as especificidades do trabalho pedagógico para a realização de uma educação para todos e, da mesma forma, perceber, minimizar, ou mesmo solucionar as possíveis dificuldades encontradas.

Considerar a escola como instituição pensada e organizada para atender a todos os alunos requer que ela se dedique a esses pressupostos, o que faz com que necessite de um profissional que, coordenando o trabalho coletivo da escola, facilite e conduza junto aos professores práticas que respeitem e valorizem a diversidade e a inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles que possuem algum tipo de deficiência.

O pedagogo e a inclusão

A importância do pedagogo, aqui entendido como o profissional que, graduado em Pedagogia, atua coletivamente na coordenação do trabalho pedagógico da escola, é inegável. Nesse sentido, Romanowski (2007) contribui com uma reflexão sobre a identidade desse profissional, referindo-se ao pedagogo como um profissional que tem um papel indispensável no ambiente escolar, pois é o articulador do trabalho educativo desenvolvido pela escola. Dessa forma, o pedagogo intervém colaborativamente nas ações realizadas no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula, contribuindo para tornar a escola um ambiente democrático e difusor de uma educação de qualidade.

Segundo Romanowski (2007), a função do pedagogo é mobilizar e definir o trabalho pedagógico para caminhar no sentido de efetivar uma educação de qualidade

que valorize todos os alunos, independentemente de suas características. Dessa forma, o trabalho realizado, é o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdos, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se por articular todos esses elementos.

A esse profissional cabe intervir na reflexão do grupo de professores, auxiliando-os – a partir da prática que desenvolvem, de referenciais teóricos e metodológicos, e, das necessidades identificadas – a buscar novas possibilidades ou alternativas para o trabalho pedagógico que desenvolvem. Destaca-se, dessa forma, a função do pedagogo como imprescindível no contexto escolar, realizando atividades tanto no auxílio dos professores, no que tange especificamente à docência, ou seja, aos métodos de ensino, ao planejamento, à organização da sala de aula, quanto em relação ao processo que vai além da sala de aula e interfere na mediação de encaminhamentos pedagógicos realizada entre a escola e as instâncias superiores de gestão da educação.

Cabe ressaltar que, tendo em vista o processo de inclusão, o papel do pedagogo, enquanto um dos gestores da escola, é o de favorecer e coordenar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que interfiram tanto na docência, quanto na promoção de medidas de acessibilidade, facilitando a participação democrática e o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Na busca da melhoria do trabalho pedagógico, é pertinente que o pedagogo considere a inclusão como uma ação consciente da escola, desenvolvida a partir de práticas que vão além da obrigatoriedade, que conduz à inclusão a qualquer custo, sem alterações estruturais e pedagógicas que avancem para uma proposta efetivamente inclusiva.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão requer alterações que tornem o processo de ensino-aprendizagem efetivo, como instrumento de transformação social, promotor de direitos e do reconhecimento de todos enquanto cidadãos, independentemente de suas diferenças.

A participação das pedagogas³ investigadas na escola inclusiva: o que apontam os dados

A análise dos dados foi realizada a partir da abordagem qualitativa, a qual considera que há uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre eles (GIL, 1996). Nessa abordagem os dados não são traduzidos em números, nem transformados em estatísticas rígidas, mas são compreendidos a partir do que evidenciam ou do que podem significar no contexto da pesquisa.

Inicialmente foram realizadas visitas a seis instituições de ensino localizadas na região central da cidade, com o objetivo de verificar sua disponibilidade para a participação da pesquisa. Também se verificou a existência de alunos com deficiência incluídos nessas escolas e, por fim, buscou-se uma autorização da direção para a aplicação do instrumento de coleta de dados. Tendo a liberação para a pesquisa, foi realizado o convite para a participação dos pedagogos das instituições selecionadas.

Como instrumento de coleta de dados optou-se por utilizar o questionário, que foi aplicado às pedagogas das escolas. Ele foi organizado com cinco questões abertas relacionadas à sua prática em relação ao processo de inclusão escolar. Foram distribuídos, no total, sete questionários para as pedagogas das seis escolas participantes (uma das escolas possuía duas pedagogas responsáveis pelo ensino fundamental). Cada pedagoga teve uma semana para responder às questões, tempo que determinaram como necessário. Para preservar a sua não identificação, por questões éticas, elas receberam neste trabalho a denominação de P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

Após múltiplas leituras dos questionários, os dados foram organizados em um eixo principal, compreender qual o papel que as mesmas desempenham na escola. Esses dados evidenciaram três práticas relacionadas à ação das pedagogas participantes, a saber: Orientação e acompanhamento pedagógico, Interlocução com profissionais de outras áreas, e, Promoção da aprendizagem do aluno.

³ Todas as participantes são do sexo feminino.

Orientação e acompanhamento pedagógico

No trabalho desenvolvido pelas pedagogas em relação à inclusão estão as iniciativas de orientação e acompanhamento do professor de sala de aula. É esperado que o pedagogo elabore práticas em conjunto com o professor, práticas que garantam o respeito à diversidade, o que ocorre mediante a adequação de atividades para a promoção da aprendizagem, pois, entende-se que não basta o aluno apenas estar na escola, cabe à equipe escolar garantir que os alunos aprendam, considerando que são todos cidadãos de direito. Conforme Orsolon (2006 p. 22), é necessário que o professor se reconheça nas decisões tomadas pela equipe escolar, diminuindo as resistências dos professores em adotar práticas inclusivas:

O coordenador, como um dos articuladores desse trabalho coletivo, precisa ser capaz de ler, observar e congregar as necessidades dos que atuam na escola; e, introduzir inovações, para que todos se comprometam com o proposto. À medida que essas novas ideias, além de conter algo novo, forem construídas, discutidas e implementadas pelos professores e coordenadores envolvidos, tornar-se-ão possíveis a adesão e o compromisso do grupo e, dessa forma, se reduzirão as prováveis resistências.

O trabalho conjunto do professor e do pedagogo é relevante para a construção de ideias e para a promoção de ações que busquem efetivar a inclusão. Nesse contexto, a mesma autora compreende (2006) que a ação mediadora do pedagogo deve se dar em direção à transformação, considerando os saberes e as experiências do professor, criando condições para que ele questione sua própria prática, tendo em vista alterá-la, quando necessário.

Assim, verifica-se que uma das pedagogas destaca essa sua função na escola quando ressalta que orientar faz parte de seu trabalho diante da inclusão escolar, conforme é possível verificar:

Mediar, elaborar estratégias que possibilitem a inclusão, orientando professores, demais profissionais e até mesmo as famílias, quanto à importância da inclusão enquanto direito humano garantido por lei. (P4)

Percebe-se, portanto, a função do pedagogo como orientador, que busca ampliar os horizontes da escola na promoção da inclusão, embora também se perceba, nesse

contexto, a não explicitação do trabalho a ser desenvolvido com o professor, mas especialmente a centralidade da orientação, que enfoca a elaboração de o que ele deve fazer, possivelmente de forma prescritiva.

Duas pedagogas entendem que lhes cabe não somente acompanhar, mas também adequar as práticas adotadas pelo professor, subsidiando-o, inclusive, na formação continuada:

Acompanhar e orientar as práticas pedagógicas adotadas pelo professor com objetivo de integrar socialmente e promover aprendizagem para a criança. Ao pedagogo cabe subsidiar o professor com informações, textos, pesquisas atualizadas sobre o processo de inclusão e sobre as síndromes, transtornos com os quais deverão trabalhar. (P5)

Acompanhar o trabalho realizado, interferir sempre que necessário, adequar práticas pedagógicas ao aluno quando necessário [...]. (P6)

De maneira similar, outra pedagoga relata que ouve as inquietações dos professores, buscando ajudá-los na sua minimização. Também destaca que procura os materiais necessários que facilitem o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno. Ela assim se manifesta:

Tem que ouvir as aflições dos professores e ajudá-los em suas dúvidas. Buscar materiais pedagógicos que auxiliem os professores durante as atividades e materiais de acessibilidade aos alunos [...]. (P7)

Concluimos que as funções retratadas pelas pedagogas estão em consonância com o papel apontado pela literatura sobre a prática desse profissional, embora se tenha observado, também, certa postura de designação ao professor sobre o que ele precisa fazer, sem que muitas vezes esteja clara sua participação efetiva nesse processo de tomada de decisões. Tal encaminhamento pode colocar em risco a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido, uma vez que ele pode ser fruto de práticas de imposição externa em detrimento de processos em que o professor ajuda a decidir, tomando para si tais desafios.

Os sujeitos da pesquisa demonstram compreender a necessidade de tornar a escola democrática não somente ao considerá-la para todos, mas ponderando também a função da família nesse processo.

Interlocução com profissionais de outras áreas

Concomitantemente ao trabalho exercido pelas pedagogas em relação específica à escola, visando à promoção da aprendizagem do aluno, verifica-se também a importância da consideração aos diferentes âmbitos do seu desenvolvimento. As pedagogas demonstram compreender a relevância do atendimento às diferentes necessidades apresentadas pelos alunos, o que demanda a troca com outros profissionais que estejam colaborando no atendimento dessas necessidades. Nesse sentido, as pedagogas evidenciam a necessidade de outros profissionais que atendam ao aluno, dando suporte ao trabalho da escola. As pedagogas consideram como relevante:

Acompanhamento junto aos profissionais que atendem paralelamente a criança (psicóloga, psicopedagoga, T.O, fono).
Entendendo ser o profissional da escola responsável pela articulação do trabalho, terapias realizadas com o aluno. Tanto com os profissionais da escola, como outros profissionais que atendem o aluno. (P5)

[...] Parceria com as instituições especializadas. (P7)

As pedagogas explicitam que fazem a mediação entre as ações desenvolvidas pela escola e as que acontecem fora dela, com outros profissionais. Outra participante também aponta essa medida como necessária, destacando ainda o papel da família nesse processo:

É fundamental a participação da família e seguimento as orientações passadas pela escola e profissionais especializados. (P6)

Mantoan (1997) caracteriza esse apoio de outros especialistas como serviços de suporte, ou, recursos humanos que fortalecem o desenvolvimento integral do aluno. Com o apoio da área da saúde, o trabalho da escola pode tornar-se mais completo, pois esse serviço complementa o que foge do âmbito direto de atuação dos educadores.

Enfim, segundo o que evidenciam os dados, a inclusão na educação leva em consideração diferentes aspectos que envolvem o indivíduo. As pedagogas, nesse contexto, mostram-se dispostas a buscar instrumentos e formas de agir que possibilitem avanços no desenvolvimento da criança.

Promoção da aprendizagem do aluno

Os depoimentos das pedagogas revelam sua preocupação com o processo educacional e conseqüentemente com a aprendizagem dos alunos com deficiência. Tal posicionamento indica a intenção de promover um ensino que garanta a formação do aluno, tendo em vista sua participação na sociedade.

É nesse sentido que entendemos o depoimento de uma das pedagogas, em que denota sua expectativa em relação aos alunos que apresentam deficiência e estão incluídos na escola. Ela revela ações desenvolvidas a fim de alcançar a qualidade na educação:

Que esse aluno tenha qualidade em seu processo de ensino-aprendizagem; que ele(a) possa sentir-se feliz e acolhido (a) em nossa escola [...].
Crianças que frequentam o apoio pedagógico em contra-turno, oferecido pela própria instituição [...].
A presença de uma tutora em sala para apoiar o trabalho do professor.
(P1)

Considerando-se que cabe à escola esgotar os recursos que facilitem práticas que promovam a aprendizagem visando à qualidade na educação e a busca do atendimento à diversidade, entendemos como pertinente tais preocupações. De acordo com Machado (2009), a inclusão denuncia o esgotamento de práticas comuns, a idealização do aluno perfeito, a padronização, enfim, tantos outros elementos que compõem o universo das práticas escolares. Assim, entende-se que as concepções sobre a aprendizagem precisam ser modificadas quando se toma como pressuposto a educação inclusiva. Machado (2009, p. 70) assevera que:

Portanto se nossa intenção é trabalhar em favor da educação inclusiva, nossas concepções de aprendizagem e de ensino, devem ser revisadas. Um ponto de partida para a compreensão da aprendizagem é ter claro que todo aluno é capaz de aprender. No entanto os alunos não têm o mesmo tempo de aprendizagem e traçam diferentes caminhos para aprender. Cabe ao professor disponibilizar o melhor do ensino, as mais variadas atividades, e cabe ao aluno a liberdade de escolher a tarefa que lhe interessa.

As diferenças apresentadas pelos alunos precisam ser levadas em conta no momento de planejar e agir. Da mesma forma que cabe ao professor disponibilizar

diversas atividades, cabe ao pedagogo orientá-lo sobre as práticas inclusivas, e, considerando-se sua função articuladora, esse processo terá melhores resultados se for colaborativo (MANTOAN, 1997).

Assim, se entendemos a relevância dessa prática conjunta, também não podemos desconsiderar sua abrangência, pois em virtude das inúmeras mudanças sociais, pensar no trabalho do pedagogo e do professor implica considerar que o desenvolvimento cognitivo caminha paralelamente ao desenvolvimento de outros aspectos, tendo em vista o objetivo da formação integral do aluno. Tal entendimento é reafirmado pelas pedagogas quando denotam a função que assumem, de colaborar na formação do cidadão:

Que eles aprendam o necessário para exercer a cidadania, ter uma vida melhor, possa trabalhar, ser aceito no ambiente escolar e na sociedade. [...] Temos sete alunos de inclusão, realizam atividades diferenciadas e avaliações especiais. Os deficientes visuais (xerox ampliado das provas) (P3)

Com atendimento diferenciado de acordo com a necessidade e também trabalho pedagógico que atenda a necessidade do aluno. (P4)

Dessa forma, concluímos que estão presentes nos depoimentos, indicativos de pequenas ações realizadas pelas pedagogas, ações que indicam sua preocupação com a promoção da aprendizagem, levando em conta as diferentes características que cada aluno apresenta, o que pode ser considerado um avanço se considerado entendimento sobre os alunos com deficiência que historicamente se constituiu.

Nesse contexto, entendemos, como Mantoan (1997), que a escola de qualidade é aquela que pratica cidadania e contempla as diferenças, pois somente quando a inclusão se tornar efetiva, a escola regular será realmente para todos.

Considerações finais

O desafio de modificar antigas práticas de exclusão e caminhar no sentido de não apenas aceitar a diversidade, mas principalmente de incluir, reconhecer e aprender com o outro, ultrapassa as barreiras do comodismo, afinal o novo propõe mudanças em todos os âmbitos. Mantoan (1997), ao tratar da diversidade, evidencia uma mudança necessária de paradigma nos sistemas educativos, nos postulados científicos e na sociedade. Dessa maneira, é importante perceber a necessidade de refletirmos sobre a inclusão como uma forma de desconstruirmos práticas excludentes e segregacionistas.

Cabe ressaltar que, para o atendimento à diversidade, faz-se necessária a promoção da acessibilidade e o reconhecimento dos indivíduos como iguais em direitos, sem, entretanto, desconsiderar sua heterogeneidade, aspectos privilegiados pelas pedagogas pesquisadas quando, em sua prática, ocupam-se da interlocução e acompanhamento dos professores, da interação com profissionais de outras áreas e da proximidade com a família para facilitar o processo de inclusão escolar. Nesse mesmo sentido é que Pessotti (1984) aborda a importância de haver a igualdade sem perder de vista as peculiaridades dos indivíduos.

O reconhecimento da diversidade é, antes de tudo, o resgate de uma dívida histórica. Esse reconhecimento, que contribui para salientar e enriquecer o desenvolvimento cultural e social, também constrói formas de ação diferenciadas que se refletem em diferentes aspectos da vida social.

Entendendo que as práticas e as políticas sociais articulam-se às concepções e conceitos implícitos e explícitos existentes em uma sociedade, reconhecemos que é necessário que haja mudanças nas práticas que favoreçam um novo entendimento, pela sociedade, sobre a inclusão.

De acordo com Mantoan (1997), ser deficiente representa apenas uma probabilidade do ser humano. Dessa forma, entendemos que esses sujeitos não deixam de ter direitos pelas suas condições físicas, mentais ou quaisquer outras que possam vir a apresentar.

Compreendemos que se torna necessário que as instituições escolares estejam dispostas a mudar e reestruturar seus currículos, desenvolvendo ações não somente com pais, alunos e professores, mas com toda a comunidade escolar. Parece ser relevante, ainda, a disponibilização de oportunidades e possibilidades para que o processo de inclusão se efetive na escola, para o que se torna necessário a viabilização de maiores espaços de formação continuada para os professores.

Diante do exposto, entendemos que há muito que ser investigado pelos pesquisadores da área da educação sobre a atuação do pedagogo no contexto da inclusão escolar, de modo que práticas sejam analisadas e sistematizadas, apontando novas demandas e/ou alternativas para o processo inclusivo.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KASSAR, M. de C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: **Inclusão: políticas públicas e práticas pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MACHADO, R. Educação Inclusiva: Revisar e Refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M. T. E. (org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

ORSOLOM, L. A. M. O Coordenador /Formador como um dos agentes de transformação da na escola. In: BRUNO, E. B. G. **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. **Inclusão:** Revista de educação especial. Brasília, v. 4, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2008

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente.** Curitiba: IBPEX, 2007.